



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Site Institucional CJ Selecta

SER REFERÊNCIA

ONLYONE

Vigência 2026

rev. 00

SUMÁRIO

PARTE 1 · IDENTIFICAÇÃO & APROVAÇÃO	3
PARTE 2 · PROPÓSITO E CONTEXTO	4
2.1 DIRETRIZ DA CULTURA CJ	4
2.2 PROPÓSITO	4
2.3 CONTEXTO	4
2.4 ALINHAMENTO COM O HQ CJ CHEILJEDANG	4
PARTE 3 · ESCOPO E APLICABILIDADE	5
PARTE 4 · GESTÃO DE PRIVACIDADE, CONDUTAS E CONTROLES	5
4.1 OS 7 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS	5
4.2 DADOS PESSOAIS COLETADOS	6
4.3 DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS	7
4.4 DADOS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES	7
4.5 FINALIDADES DO TRATAMENTO	7
4.6 BASES LEGAIS DO TRATAMENTO	8
4.7 COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS	9
4.8 TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS	10
4.9 ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO	10
PARTE 5 · DIREITO DOS TITULARES E CANAIS DE ATENDIMENTO	11
5.1 DIREITO DOS TITULARES	11
5.2 CANAIS DE ATENDIMENTO	12
PARTE 6 · COOKIES E TECNOLOGIAS SIMILARES	12
PARTE 7 · SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	13
PARTE 8 · TERMOS E DEFINIÇÕES	13

PARTE 1 · Identificação & Aprovação

Esta Política estabelece as diretrizes de privacidade e proteção de dados pessoais adotadas pela CJ Selecta S.A., especialmente no contexto de seu site institucional e das interações realizadas por seus usuários. A Política integra o Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados da CJ Selecta e deve ser interpretada em conjunto com a legislação aplicável e os demais documentos corporativos pertinentes.

Campo	Conteúdo
Título	Política de Privacidade e Proteção de Dados – Site Institucional
Versão	V00
Vigência	2026
Próxima Revisão	Até 2 anos após a aprovação — ou imediata em caso de alteração legal ou regulatória relevante, mudança material nas atividades de tratamento ou necessidade de atualização das práticas de privacidade
Classificação	Pública – Site Institucional
Aprovador Final	EXCOM — CJ Selecta S.A.
Área Proprietária	GCA — Governança, Compliance e Auditoria Comitê Proprietário: TDPC — Comitê de Tecnologia, Dados e Privacidade
Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais	Juliana Gomes Pinto Borges
Alinhamento Legal	Lei nº 13.709/2018 (LGPD), regulamentações da ANPD e demais normas aplicáveis.

PARTE 2 · Propósito e Contexto

2.1 DIRETRIZ DA CULTURA CJ

A CJ Selecta reconhece a privacidade e a proteção de dados pessoais como elementos essenciais à condução ética, segura e sustentável de suas atividades. A proteção dos dados pessoais deve orientar a coleta, utilização, compartilhamento, armazenamento e eliminação de informações pessoais, respeitando os direitos e as expectativas legítimas dos titulares.

A atuação da CJ Selecta busca conciliar as necessidades legítimas do negócio com a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade, adotando medidas proporcionais aos riscos associados às atividades de tratamento.

2.2 PROPÓSITO

Esta Política tem como propósito informar, de forma clara e acessível, como a CJ Selecta realiza o tratamento de dados pessoais, especialmente por meio de seu site institucional, quais são as principais finalidades desse tratamento, em que hipóteses legais ele se fundamenta e como os titulares podem exercer seus direitos.

Esta Política tem como objetivo esclarecer, de forma clara e transparente, como a CJ Selecta realiza o tratamento de dados pessoais no contexto da utilização de seu site institucional, bem como informar os titulares sobre seus direitos e as medidas adotadas para a proteção de seus dados. Esta Política aplica-se às atividades de coleta e tratamento de dados pessoais realizadas por meio do site, incluindo o envio de formulários de contato e as demais interações realizadas pelos usuários.

Também são objetivos desta Política:

- promover a transparência sobre o tratamento de dados pessoais no ambiente digital da CJ Selecta;
- orientar os usuários sobre as finalidades e formas de utilização de seus dados;
- assegurar o exercício dos direitos dos titulares, nos termos da legislação aplicável; e
- demonstrar o compromisso da CJ Selecta com a adoção de medidas de segurança e boas práticas de proteção de dados pessoais.

2.3 CONTEXTO

As atividades da CJ Selecta envolvem relacionamento com produtores rurais, clientes corporativos, fornecedores, parceiros comerciais, candidatos, usuários do site e demais públicos. Em razão dessas interações, determinados dados pessoais podem ser tratados para atendimento de solicitações, relacionamento institucional e comercial, segurança do ambiente digital, cumprimento de obrigações legais e exercício regular de direitos.

2.4 ALINHAMENTO COM O HQ CJ CHEILJEDANG

Esta Política é subordinada à CJ Global Privacy Policy, ao CJ Code of Business Conduct e aos demais documentos da CJ Selecta. Em caso de conflito entre esses documentos, ou entre eles e a legislação local aplicável, prevalece sempre a norma mais rigorosa. O canal de reporte local (Be.Compliance System — BCS) é integrado ao CJ Whistle global.

PARTE 3 · Escopo e Aplicabilidade

Dimensão	Descrição
Público-Alvo	Usuários do site institucional, titulares de dados pessoais, clientes, fornecedores, parceiros, candidatos e demais pessoas que interajam com a CJ Selecta por meios abrangidos por esta Política.
Abrangência	Atividades de coleta e tratamento realizadas por meio do site institucional, incluindo formulários de contato, envio de currículos, interações institucionais e comerciais e tecnologias de navegação.
Dados Cobertos	Dados pessoais fornecidos diretamente pelo titular e dados técnicos e de navegação coletados automaticamente, conforme descrito nesta Política.
Exclusões	Tratamentos realizados em outros ambientes ou sistemas poderão estar sujeitos a avisos de privacidade, políticas ou instrumentos específicos, conforme a natureza da atividade.

PARTE 4 · Gestão de Privacidade, Condutas e Controles

4.1 OS 7 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS

Princípio	Fonte	Descrição Objetiva
1. Licitude, Lealdade e Transparência	LGPD art. 6º, I / HQ Seção 3	Tratar dados de forma lícita, leal e transparente; informar claramente o titular sobre como seus dados são usados
2. Limitação de Finalidade	LGPD art. 6º, I / HQ Seção 3	Coletar e usar dados apenas para finalidades específicas, explícitas e legítimas informadas ao titular
3. Minimização de Dados	LGPD art. 6º, III / HQ Seção 3	Coletar apenas os dados estritamente necessários para a finalidade declarada
4. Exatidão	LGPD art. 6º, V / HQ Seção 3	Manter dados precisos e atualizados; atender pedidos de correção ou exclusão sem demora
5. Limitação de Conservação	LGPD art. 6º, I / HQ Seção 3	Reter dados apenas pelo tempo necessário; eliminar ou anonimizar ao término do prazo

Princípio	Fonte	Descrição Objetiva
6. Integridade e Confidencialidade	LGPD art. 6º, VII / HQ Seção 3	Proteger dados contra acesso não autorizado, perda, destruição ou dano por medidas técnicas e administrativas adequadas
7. Responsabilização (Accountability)	LGPD art. 6º, X / HQ Seção 3	Demonstrar conformidade; manter evidências de boas práticas e governança

4.2 DADOS PESSOAIS COLETADOS

A CJ Selecta realiza a coleta e o tratamento de dados pessoais no contexto da utilização de seu site institucional de forma limitada, proporcional e compatível com as finalidades informadas ao titular, observando os princípios da necessidade, adequação e transparência.

Os dados pessoais poderão ser coletados diretamente, quando fornecidos pelo próprio titular, ou automaticamente durante a navegação no site, por meio das tecnologias utilizadas para viabilizar o funcionamento e a segurança da plataforma.

As principais categorias de dados pessoais que poderão ser tratadas no âmbito do site são:

Categoria de Dados	Descrição	Forma de Coleta	Contexto de Utilização
Dados de identificação e contato	Informações que permitem identificar ou contatar o usuário	Fornecimento direto pelo titular	Atendimento de solicitações, retorno de contato e comunicação institucional
Dados profissionais	Informações relacionadas à formação e à atuação profissional	Fornecimento direto pelo titular	Relacionamento comercial, institucional e processos seletivos
Dados de comunicação	Conteúdo de mensagens encaminhadas pelo usuário	Formulários e canais de contato	Atendimento de demandas, dúvidas e interações
Dados de recrutamento	Informações inseridas em currículos voluntariamente encaminhados	Envio direto pelo titular	Avaliação e condução de processos seletivos
Dados de navegação e acesso	Informações técnicas relacionadas ao acesso ao site	Coleta automática	Segurança, prevenção a fraudes e melhoria da experiência do usuário
Dados coletados por cookies	Informações associadas à navegação e às preferências do usuário	Cookies e tecnologias similares	Funcionamento, análise de desempenho e otimização do site

4.3 DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

A CJ Selecta não solicita, por meio de seu site, o fornecimento de dados pessoais sensíveis. Entretanto, essas informações poderão constar em documentos ou currículos encaminhados voluntariamente pelo próprio titular. Quando identificados, os dados pessoais sensíveis serão tratados apenas quando necessários para finalidades legítimas e mediante a identificação de hipótese legal específica, observadas as medidas de segurança e proteção aplicáveis.

A CJ Selecta orienta que os usuários não encaminhem dados pessoais sensíveis, desnecessários ou excessivos em formulários, mensagens ou currículos.

4.4 DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O site, os serviços e as soluções da CJ Selecta não são direcionados a crianças e adolescentes, e a empresa não realiza, de forma intencional, o tratamento de dados pessoais desse público por meio de seu site institucional. Crianças e adolescentes não devem encaminhar dados pessoais, preencher formulários ou enviar currículos por meio do site.

Caso a CJ Selecta identifique o recebimento indevido de dados pessoais de criança ou adolescente, serão adotadas as medidas cabíveis para interromper o tratamento e eliminar os dados, quando aplicável, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

Eventuais situações envolvendo dados pessoais de crianças ou adolescentes serão avaliadas de acordo com a LGPD, o Estatuto da Criança e do Adolescente e, quando aplicável, a Lei nº 15.211/2025, conhecida como ECA Digital, observados o melhor interesse e a proteção integral e prioritária desse público.

Pais ou responsáveis legais que identificarem o envio indevido de dados pessoais de criança ou adolescente poderão entrar em contato com a CJ Selecta pelos canais indicados nesta Política.

4.5 FINALIDADES DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais realizado pela CJ Selecta por meio de seu site está limitado a finalidades legítimas, específicas e informadas ao titular, em conformidade com os princípios da finalidade, adequação e necessidade.

Finalidade	Descrição	Exemplo de Atividades
Atendimento de solicitações	Permitir o contato e o retorno às demandas dos usuários	Resposta a formulários, dúvidas e solicitações institucionais
Comunicação institucional e comercial	Estabelecer e manter relacionamento com usuários e potenciais parceiros	Contato com interessados e envio de informações institucionais
Processos seletivos	Viabilizar a análise de perfis profissionais encaminhados à CJ Selecta	Triagem de currículos e contato com candidatos
Exercício de direito dos titulares	Atender solicitações relacionadas à legislação de proteção de dados	Acesso, correção, eliminação e demais direitos

Finalidade	Descrição	Exemplo de Atividades
Canal de Ética	Receber, analisar e tratar manifestações sobre condutas ou potenciais irregularidades	Registro e apuração de manifestações
Funcionamento e melhoria do site	Garantir desempenho, usabilidade e segurança	Monitoramento de acessos, análise de navegação e otimização
Segurança da Informação	Proteger o ambiente digital contra acessos indevidos e atividades maliciosas	Prevenção a fraudes, incidentes e acessos não autorizados
Cumprimento de obrigações legais ou regulatórias	Atender às exigências previstas na legislação	Atendimento a autoridades e obrigações legais

Quando aplicável, os dados pessoais poderão ser utilizados para atender solicitações encaminhadas ao canal da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais ou ao Canal de Ética.

A CJ Selecta não utilizará os dados pessoais para finalidades incompatíveis com aquelas informadas, salvo quando houver outra base legal aplicável ou nova informação ao titular, conforme exigido pela legislação.

4.6 BASES LEGAIS DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais realizado pela CJ Selecta está fundamentado nas hipóteses previstas na LGPD, conforme a natureza de cada atividade, a finalidade pretendida e os dados envolvidos.

Contexto de Interação	Dados Envolvidos	Finalidade	Base Legal Aplicável
Formulário de contato	Identificação, contato e conteúdo da mensagem	Atendimento e retorno ao usuário	Procedimentos preliminares relacionados a contrato
Interação comercial	Contato e dados profissionais	Relacionamento institucional e comercial	Procedimentos preliminares relacionados a contrato
Envio de currículo	Identificação, contato, formação, experiência e demais informações inseridas pelo candidato	Avaliação da candidatura e participação em processo seletivo	Procedimentos preliminares relacionados a contrato
Navegação no site	IP e identificadores técnicos	Funcionamento, segurança e melhoria	Legítimo interesse
Cookies	Navegação e preferências	Operação, funcionalidade e análise de desempenho	Legítimo interesse para cookies necessários e consentimento para cookies não essenciais, quando aplicável.
Requisições legais ou regulatórias	Dados necessários ao atendimento	Cumprimento de obrigações e atendimento a autoridades	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória

Contexto de Interação	Dados Envolvidos	Finalidade	Base Legal Aplicável
Direitos e conformidade	Dados necessários à identificação e análise da solicitação	Atendimento a titulares e manifestações em canais de ética	Cumprimento de obrigação legal ou exercício regular de direitos.

A definição da base legal considera o contexto da interação, a finalidade do tratamento e a natureza dos dados pessoais envolvidos. O consentimento não será utilizado de forma genérica quando outra hipótese legal for mais adequada à atividade realizada.

Quando o tratamento estiver fundamentado no consentimento, este será solicitado de forma livre, informada e inequívoca e poderá ser revogado a qualquer momento pelo titular.

4.7 COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A CJ Selecta poderá compartilhar dados pessoais com terceiros quando isso for necessário para atender às finalidades descritas nesta Política, observados os princípios da necessidade, adequação, transparência e segurança.

O compartilhamento será limitado aos dados necessários para a atividade envolvida e poderá ocorrer com os seguintes destinatários:

Destinatários	Contexto de Compartilhamento	Finalidade
Prestadores de serviços e fornecedores	Hospedagem, suporte técnico e soluções tecnológicas	Funcionamento, manutenção e segurança do site
Parceiros comerciais ou institucionais	Quando necessário para atender a demanda do usuário	Retorno de solicitações e relacionamento institucional
Plataformas de recrutamento ou RH	Sistemas utilizados em processos seletivos	Avaliação e condução dos processos
Autoridades públicas	Obrigação legal, regulatória ou requisição válida	Cumprimento de obrigações e determinações
Assessores jurídicos e consultores	Quando necessário ao exercício regular de direitos	Defesa dos interesses da CJ Selecta

A CJ Selecta adota medidas contratuais, técnicas e organizacionais destinadas a assegurar que os terceiros envolvidos no tratamento utilizem os dados pessoais somente para as finalidades autorizadas e mantenham padrões adequados de segurança e confidencialidade.

4.8 TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

A CJ Selecta poderá realizar a transferência internacional de dados pessoais quando utilizar serviços, sistemas, plataformas ou infraestruturas tecnológicas localizadas fora do Brasil ou que envolvam o acesso aos dados a partir de outros países.

As transferências internacionais serão realizadas em conformidade com a LGPD e com a Resolução CD/ANPD nº 19/2024, mediante a adoção do mecanismo legal aplicável, como decisão de adequação, cláusulas contratuais específicas, cláusulas contratuais padrão aprovadas pela ANPD ou outra hipótese admitida pela legislação.

A CJ Selecta busca contratar fornecedores que adotem medidas adequadas de segurança, confidencialidade e proteção de dados pessoais, sem prejuízo das medidas contratuais e organizacionais necessárias para cada operação.

4.9 ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO

Os dados pessoais serão armazenados pelo período necessário para o cumprimento das finalidades que justificaram sua coleta, observados os princípios da necessidade e adequação e os prazos legais e regulatórios aplicáveis.

O período de retenção poderá variar conforme a natureza dos dados e o contexto de sua coleta, incluindo as seguintes situações:

- durante o atendimento das solicitações realizadas pelos usuários;
- durante a condução de processos seletivos, quando aplicável;
- pelo período necessário ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias;
- enquanto necessário ao exercício regular de direitos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais; e
- pelo período necessário à prevenção de fraudes e à proteção da segurança da informação.

Após o encerramento da finalidade que justificou o tratamento, os dados pessoais serão eliminados ou anonimizados, salvo quando sua conservação for necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos, transferência autorizada a terceiros ou uso exclusivo da CJ Selecta mediante anonimização, observados os requisitos legais.

PARTE 5 · Direito dos Titulares e Canais de Atendimento

5.1 DIREITO DOS TITULARES

A CJ Selecta assegura aos titulares o exercício dos direitos previstos na legislação aplicável, especialmente na LGPD. Conforme aplicável ao caso, o titular poderá solicitar:

- confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- acesso aos dados pessoais tratados pela CJ Selecta;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação;
- portabilidade dos dados pessoais, observadas as regulamentações aplicáveis;
- eliminação dos dados pessoais tratados com base no consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
- informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais houve compartilhamento de dados;
- informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa negativa;
- revogação do consentimento, quando aplicável;
- oposição ao tratamento realizado com fundamento em hipótese de dispensa do consentimento, quando houver descumprimento da legislação;
- revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, quando aplicável; e
- peticionamento perante a Agência Nacional de Proteção de Dados e os órgãos de defesa do consumidor.

O exercício dos direitos poderá estar sujeito às limitações previstas na legislação, especialmente quando a conservação dos dados for necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos, prevenção de fraudes ou proteção da segurança do titular e de terceiros.

As solicitações poderão ser encaminhadas pelos canais indicados nesta Política. Para proteger a segurança e a confidencialidade das informações, a CJ Selecta poderá solicitar dados ou documentos adicionais estritamente necessários para confirmar a identidade do titular ou os poderes de seu representante.

As solicitações serão analisadas e respondidas nos prazos previstos na legislação aplicável.

5.2 CANAIS DE ATENDIMENTO

A CJ Selecta disponibiliza canais para que os titulares possam esclarecer dúvidas, exercer seus direitos e encaminhar solicitações relacionadas ao tratamento de dados pessoais.

A Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais da CJ Selecta é Juliana Gomes Pinto Borges.

As solicitações poderão ser encaminhadas por meio do Portal de Privacidade: <https://cjselecta.com.br/lgpd/> ou pelo e-mail lgpd_cjs@cj.net.

Para garantir a segurança e a confidencialidade das informações, poderão ser solicitados dados adicionais estritamente necessários para confirmar a identidade do titular ou os poderes de seu representante.

PARTE 6 · Cookies e Tecnologias Similares

A CJ Selecta poderá utilizar cookies e tecnologias similares para viabilizar o funcionamento e a segurança do site, armazenar preferências e compreender a forma como os usuários interagem com suas páginas.

Os cookies utilizados poderão ser classificados da seguinte forma:

Tipo de cookie	Finalidade	Exemplo de utilização
Cookies estritamente necessários	Garantir o funcionamento básico e a segurança do site	Navegação, manutenção de sessão e prevenção a acessos indevidos
Cookies de funcionalidade	Armazenar escolhas e preferências do usuário	Idioma e preferências de navegação
Cookies de desempenho e análise	Compreender a utilização do site e identificar melhorias	Páginas visitadas, tempo de navegação e desempenho
Cookies de terceiros, quando aplicável	Permitir funcionalidades ou integrações de prestadores externos	Ferramentas de análise, vídeos, mapas ou recursos incorporados

Os cookies estritamente necessários poderão ser utilizados independentemente do consentimento, por serem indispensáveis ao funcionamento e à segurança do site.

Os cookies não essenciais somente serão utilizados após a manifestação do usuário, quando exigido pela legislação aplicável. O usuário poderá aceitar, recusar ou alterar suas preferências por meio do mecanismo de gestão de cookies disponibilizado no site.

A recusa ou desativação de cookies não essenciais não impedirá o acesso às funcionalidades básicas do site, mas poderá limitar recursos específicos.

O usuário também poderá bloquear ou excluir cookies diretamente nas configurações de seu navegador.

PARTE 7 · Segurança da Informação

A CJ Selecta adota medidas técnicas e organizacionais destinadas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou tratamento inadequado ou ilícito.

Essas medidas incluem, entre outras:

- controle de acesso às informações, limitado a pessoas autorizadas e de acordo com a necessidade de cada atividade;
- utilização de mecanismos de segurança compatíveis com os riscos e os padrões aplicáveis;
- monitoramento e gestão de incidentes de segurança da informação; e
- adoção de boas práticas de governança, privacidade e proteção de dados pessoais.

A CJ Selecta mantém procedimentos internos para identificar, avaliar, conter e mitigar incidentes de segurança que possam envolver dados pessoais.

Quando um incidente de segurança puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CJ Selecta adotará as medidas de avaliação, registro e comunicação exigidas pela legislação e pela regulamentação da ANPD.

Apesar da adoção de medidas de segurança, nenhum sistema é totalmente imune a riscos. A CJ Selecta orienta que os usuários também adotem boas práticas de segurança em seus dispositivos e conexões ao utilizar o site.

PARTE 8 · Termos e Definições

Para os fins desta Política, aplicam-se os seguintes conceitos:

Dados Pessoais: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dados Pessoais Sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais tratados.

Tratamento de Dados Pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, processamento, armazenamento, eliminação, avaliação, modificação, comunicação, transferência ou extração.

Controlador: pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais: pessoa indicada pela CJ Selecta para atuar como canal de comunicação entre a empresa, os titulares e a ANPD.

Cookies: pequenos arquivos armazenados no dispositivo do usuário que permitem viabilizar funcionalidades, reconhecer preferências e coletar informações relacionadas à navegação.

Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD): agência reguladora responsável por zelar, regulamentar e fiscalizar o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais no Brasil.